

Sucessão e risco Brasil

A APREENSÃO NÃO É SÓ COM UMA POSSÍVEL VITÓRIA DA OPOSIÇÃO

*Rogério L. Furquim Werneck**

No final de setembro, o risco Brasil chegou a 1200 pontos. Desde então, o quadro econômico e político, que parecia tão sombrio, evoluiu de forma extremamente favorável. E o risco país caiu para cerca de 850 pontos. Contudo, como a melhora foi da água para o vinho, havia razões para se esperar que tivesse recuado mais. O que ainda o mantém tão alto?

Nove entre dez analistas parecem ter a mesma resposta pronta. A persistência de um risco país tão alto advém dos temores de uma vitória da oposição na eleição presidencial. E não há como negar que parte desta persistência decorre, de fato, desses temores. Mas o que talvez esteja sendo subestimada é uma outra parte, bem importante, que advém da incerteza que ainda cerca os reais desdobramentos de uma vitória de um candidato governista nas eleições do final do ano.

Por enquanto, o mínimo que se pode dizer é que tais candidatos têm sido extremamente lacônicos. Pouco se sabe sobre seus programas de governo. Do lado do PFL, Roseana Sarney, entusiasmada com o bom desempenho nas pesquisas nos últimos meses, dá mostras de estar cada vez mais convencida das virtudes do seu voto de silêncio. Em contraste com tal mudez, José Serra parece até loquaz. Mas a verdade é que suas parcas declarações sobre o que seria o seu programa econômico ainda deixam quase tudo por elucidar.

Nesta fase de pré-candidaturas, a indefinição é compreensível. Mas não tem impedido que haja grande alvoroço nos partidos governistas, especialmente no PSDB paulistano, com a discussão do que deveria ser o programa do próximo governo. E a verdade é que tais discussões vêm contribuindo para ampliar a incerteza sobre o que o País pode esperar de 2003. Há, aqui, pelo menos dois grupos a se ter em conta. Num deles, predominam personagens que, com os solavancos e golpes de direção do primeiro mandato de FHC, acabaram despencando do carroção do governo. Há poucos meses e com algum alarde, tal grupo lançou proposta de programa de governo em que trombeteava, em tom de comemoração antecipada, o “fim do fernando-malanismo”. Uma forma no mínimo curiosa de promover uma candidatura governista.

Mas há também outro grupo, mais sério e conseqüente, no qual tem prosperado uma avaliação extremamente crítica da condução recente da política macroeconômica no País. Nesta avaliação transparece um vezo que, de certa forma, marcou toda uma geração de economistas que, por muitos anos, se mobilizou com a busca de uma saída para o problema da alta-inflação. Como bem se sabe, esse problema acabou tendo uma solução brilhante e surpreendentemente simples em 1994. E tal sucesso, de alguma maneira, parece ter dado alento a uma propensão a focar, de uma perspectiva um tanto peculiar, as novas e intrincadas questões envolvidas na gestão da política macroeconômica. Diante de um problema em que as escolhas são fatalmente limitadas e difíceis, o esforço de análise parece sempre pautado pela busca de “uma nova URV”. Um lampejo ou um estalo que permita transformar um problema complexo em uma questão bem mais simples. Por exemplo, um

passage ousado e quase mágico, que ninguém havia até agora afinado e que, sem maiores custos, permita fazer desabar a taxa de juros. Nas últimas semanas vários economistas têm se empenhado em mostrar que, embora as preocupações tenham fundamento, as escolhas envolvidas na condução da política macroeconômica são um tanto mais complexas, a defesa das propostas de mudança aventadas é problemática e as críticas são em boa parte infundadas.

Mas essas são apenas manifestações relativamente brandas de um problema maior e bem mais grave. Sobram evidências de que há, em amplos segmentos da coalizão governista, irresistível inclinação por desfazer, no próximo governo, muito do que se conseguiu construir, nos últimos anos, em termos de gestão da política macroeconômica. Nada que se compare ao que seria um bota-abixo patrocinado por um governo de oposição. Mas que, ainda assim, poderia envolver custoso retrocesso. E não se trata só de um problema restrito aos partidos políticos. Abarca também grupos de pressão de grande influência que tendem a dar apoio à coalizão governista. Veja-se, por exemplo, a Fiesp, que anunciou nesta semana, com todas as letras, que considera que “a meta de inflação é um instrumento, não um fim em si mesmo”.

À medida que a campanha avance, os candidatos governistas estarão fatalmente obrigados a explicitar com clareza suas idéias. E, dentro dos seus respectivos partidos, terão de botar ordem no coreto. Bem fariam se desautorizassem qualquer proposta que permita supor que está prestes a ser descontinuada a delicada operação de gestão da política macroeconômica que vem tendo lugar nos últimos anos. A ela se deve a notável reconstrução de confiança iniciada em 1999, que permitiu a retomada de crescimento de 2000 e a travessia com sucesso do quadro extraordinariamente adverso enfrentado pela economia brasileira em 2001. A esta altura, qualquer esforço de aprimoramento da condução da política macroeconômica no País deveria ser marcado pela continuidade e por correções de rumo tão suaves quanto possível. A ambos os candidatos interessa que, na medida do possível, o círculo virtuoso que vem tendo lugar desde o final de setembro possa prosperar neste ano eleitoral, abrindo espaço para redução paulatina da taxa de juros. E a ambos convém não inviabilizar a possibilidade de uma queda substancial de taxa de juros após as eleições, caso um deles seja eleito.

É inevitável que a plataforma da oposição conspire contra a redução do risco Brasil. Mas não faz sentido que os candidatos governistas deixem que inferências sobre suas próprias plataformas o façam.

* Professor do Departamento de Economia da PUC-Rio.